



*Conselho Nacional
de Supervisores Financeiros*

PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO FINANCEIRA

2 0 1 6 - 2 0 2 0



ASF
Autoridade de Supervisão
de Seguros e Fundos de Pensões



**BANCO DE
PORTUGAL**
EUROSISTEMA



CMVM

Editores

Banco de Portugal

Comissão de Mercado de Valores Mobiliários

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Design, impressão e acabamento

Banco de Portugal | Unidade de Imagem e Design Gráfico

Edição

Lisboa, junho 2016 (1.ª reedição)

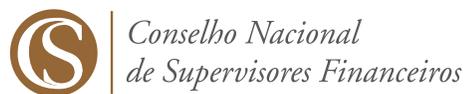
Tiragem

150 exemplares

ISBN 978-989-678-449-2 (impresso)

ISBN 978-989-678-450-8 (*online*)

Depósito legal n.º 408339/16



PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO FINANCEIRA

2 0 1 6 - 2 0 2 0

LINHAS DE ORIENTAÇÃO

Banco de Portugal

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Junho de 2016

ÍNDICE

ENQUADRAMENTO 3

PARTE I |

Plano Nacional de Formação Financeira	5
1. Uma missão de longo prazo	5
2. Plano Nacional de Formação Financeira 2011-2015	5
3. Experiências internacionais	8

PARTE II |

Linhas de Orientação do Plano Nacional de Formação Financeira 2016-2020	9
1. Uma visão integrada e coordenada	9
2. Objetivos	9
3. Meios digitais	11
4. Áreas de atuação	11
4.1. Crianças da educação pré-escolar e estudantes do ensino básico e secundário	11
4.2. Estudantes universitários	12
4.3. Trabalhadores	12
4.4. Grupos vulneráveis	13
4.5. População em geral	13
4.6. Empreendedores, empresários e gestores de micro, pequenas e médias empresas	13
5. Governança	14
6. Avaliação	14

CONSIDERAÇÕES FINAIS 16

ENQUADRAMENTO

As linhas de atuação do Plano Nacional de Formação Financeira (Plano) foram estabelecidas pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros – composto pelo Banco de Portugal, pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) – em 2011, com um primeiro horizonte temporal de cinco anos.

Passados esses cinco anos, é o momento oportuno para refletir sobre o que foi feito, os resultados atingidos e, principalmente, sobre as áreas em que é necessário dar continuidade ou reforçar a atuação do Plano.

Nesta análise é importante ter em conta que a promoção da literacia financeira envolve a melhoria de conhecimentos e a alteração de atitudes e comportamentos financeiros, objetivos ambiciosos que obrigam a uma intervenção dinâmica e continuada junto de vários públicos-alvo. Tal requer necessariamente uma abordagem de longo prazo e o envolvimento de um conjunto alargado de parceiros.

Neste documento, resumem-se as principais linhas de atuação do Plano no período de 2011 a 2015 e explora-se a continuidade dessas linhas de atuação para os próximos anos, em conjunto com outros pilares identificados a partir da experiência adquirida. O compromisso de médio e longo prazo com a implementação do Plano é assim reforçado, em linha com as melhores práticas internacionais.



1,960.77
7,736.23
5,825.69
85,973.86
61,254.80
3,599.66
27,655.14

\$839.6

PARTE I |

Plano Nacional de Formação Financeira

1. Uma missão de longo prazo

O Plano assumiu-se desde o início como um instrumento que, reconhecendo a importância da inclusão e da formação financeira, define os princípios gerais de orientação para a sua promoção e enquadra e apoia a realização de iniciativas a nível nacional. O Plano teve sempre uma abordagem integradora de diversas iniciativas propondo-se divulgar e coordenar esforços e projetos de várias entidades, apoiar a implementação de atividades no terreno e motivar e estimular os vários parceiros envolvidos.

Assumindo esta visão agregadora, o Plano adotou a marca “Todos Contam” enquanto sinónimo de uma iniciativa que reúne o contributo de todos, para promover uma cidadania financeira responsável da população.

A implementação de pilares de atuação estratégicos para melhorar conhecimentos e influenciar atitudes e comportamentos financeiros de um conjunto diversificado de públicos-alvo só é possível com o envolvimento de uma rede alargada de parceiros e num horizonte temporal alargado que permita uma atuação estruturada e duradoura.

Tratando-se de um projeto de médio e longo prazo, a missão do Plano, definida em 2011, mantém a sua atualidade e continuará a servir de base à definição de novas áreas estratégicas de atuação e de iniciativas a desenvolver nos próximos anos.

Missão do Plano Nacional de Formação Financeira

O Plano Nacional de Formação Financeira visa contribuir para elevar o nível de conhecimentos financeiros da população e promover a adoção de comportamentos financeiros adequados, através de uma visão integrada de projetos de formação financeira e pela junção de esforços das partes interessadas, concorrendo para aumentar o bem-estar da população e para a estabilidade do sistema financeiro.

2. Plano Nacional de Formação Financeira 2011-2015

Ao longo dos últimos cinco anos, o Plano procurou desenvolver um conjunto muito diversificado de iniciativas, mas estabeleceu como prioritários alguns pilares estratégicos de atuação. A promoção da educação financeira nas escolas foi assumida, desde o início, como uma das áreas estratégicas do Plano. Em 2014, foi também assumida como pilar estruturante a atuação junto de empreendedores, empresários e gestores de micro, pequenas e médias empresas e o apoio ao desenvolvimento da economia social. Em paralelo, desenvolveram-se iniciativas de formação financeira e ações de sensibilização para vários públicos-alvo e para a população em geral. Como suporte a toda a implementação do Plano e à divulgação de iniciativas foi feita uma aposta em meios de comunicação digitais.

A educação financeira nas escolas

Uma das primeiras etapas na introdução da educação financeira nas escolas foi a publicação do “Referencial de Educação Financeira para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico, o Ensino Secundário e a Educação e Formação de Adultos”, preparado pelos supervisores financeiros e pelo Ministério da Educação e aprovado em maio de 2013 pelo Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário.

O Referencial de Educação Financeira é o documento orientador para a implementação da educação financeira em contexto educativo e formativo e estabelece os conhecimentos e as capacidades considerados essenciais para as crianças e os alunos em todos os ciclos de ensino.

Com o objetivo de contribuir para uma utilização generalizada do Referencial de Educação Financeira no sistema educativo, o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros e o Ministério da Educação deram início, em 2014, a um programa de formação de professores.

Preparado pela Direção-Geral da Educação em colaboração com os supervisores financeiros, este programa foi acreditado pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua, na modalidade de oficina de formação, e lançado em fevereiro de 2014, na cidade do Porto. Desde essa data, realizaram-se mais quatro oficinas de formação, nas cidades de Coimbra, Lisboa, Évora e Faro, respetivamente, completando-se assim uma primeira fase de cobertura do território continental.

Com vista a apoiar professores e alunos na abordagem aos temas do Referencial de Educação Financeira, em outubro de 2015 foi lançado o primeiro Caderno de Educação Financeira, dirigido a alunos

do 1.º ciclo do ensino básico. Este primeiro caderno foi produzido no âmbito de um protocolo celebrado entre os supervisores financeiros, o Ministério da Educação e quatro associações do setor financeiro (Associação Portuguesa de Bancos, Associação Portuguesa de Seguradores, Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios e Associação de Instituições de Crédito Especializado).

Para incentivar o desenvolvimento de projetos de educação financeira nas escolas, o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, em colaboração com o Ministério da Educação, promove também, desde 2012, o Concurso Todos Contam, que visa premiar anualmente as melhores iniciativas de formação financeira ao nível da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Nas quatro edições realizadas até 2015, candidataram-se a este concurso 224 projetos, envolvendo mais de 350 escolas e perto de 70 000 alunos.

Reconhecendo o trabalho desenvolvido pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros e pelo Ministério da Educação no âmbito da formação financeira nas escolas, em 2014 a *Child and Youth Finance International* atribuiu a Portugal o Prémio País para a Europa.

A formação financeira para empreendedores e gestores

O Plano estendeu em 2014 a sua atuação a outros públicos-alvo estratégicos, para os quais a formação financeira é também relevante. Reconhecendo as necessidades de formação financeira dos empreendedores sociais e dos gestores de micro e pequenas empresas, o Plano celebrou protocolos de colaboração com a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) e o Ministério da Economia, através do IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. e do Turismo de Portugal, I.P.

No âmbito do protocolo assinado com a CASES, o Plano tem participado no programa Academia ES e associou-se a esta entidade oferecendo um módulo de formação financeira aos vencedores do Prémio António Sérgio, nas categorias “Inovação e Sustentabilidade” e “Trabalhos Escolares”.

O protocolo assinado entre os supervisores financeiros, o IAPMEI e o Turismo de Portugal tem como objetivo, numa primeira etapa, definir um referencial de formação financeira para empreendedores, empresários e gestores das micro, pequenas e médias empresas, com conteúdos organizados em módulos de utilização flexível por empresas de várias dimensões e de diferentes setores de atividade. Este protocolo formaliza também a colaboração entre estas entidades na promoção de ações de formação financeira e outras iniciativas de sensibilização junto de micro, pequenas e médias empresas.

O “Referencial de Formação Financeira para micro, pequenas e médias empresas” esteve em consulta pública no final de 2015, e a sua versão revista servirá de base às primeiras ações de formação (ações piloto) no terreno durante o 1.º semestre de 2016.

Formação financeira através de meios digitais

A par da consolidação dos pilares estratégicos de atuação junto das escolas e dos gestores de micro e pequenas empresas, o Plano tem também vindo a apostar em canais digitais de disseminação da formação financeira, para chegar a uma população mais alargada e diversificada.

Em julho de 2012, o Plano lançou o portal Todos Contam (www.todoscontam.pt), um portal de formação financeira que disponibiliza informação, numa linguagem simples, sobre temas relevantes para a gestão das finanças pessoais e ferramentas de apoio às decisões financeiras mais importantes. O portal Todos Contam é também a plataforma de divulgação de conteúdos e iniciativas de formação financeira desenvolvidos pelo Plano e os seus parceiros.

Complementarmente à informação disponibilizada através do portal Todos Contam, foi lançada no final de 2015 a plataforma de *e-learning* Todos Contam. Esta plataforma visa apoiar a formação de formadores e as iniciativas de formação financeira para a população em geral e conta com um conjunto de aulas e materiais de apoio sobre orçamento familiar, poupança e investimento, crédito e seguros. Na plataforma são disponibilizadas sessões de formação em vídeo, com a apresentação sincronizada em texto dos principais tópicos abordados. As sessões são complementadas por bibliografia relevante, materiais de apoio e outros recursos pedagógicos.

Iniciativas de sensibilização da população

O Plano dinamiza também regularmente iniciativas que visam sensibilizar a população e os jovens para a importância de uma adequada e esclarecida ponderação das questões financeiras. Desde 2012, o Plano assinala o Dia da Formação Financeira a 31 de outubro (Dia Mundial da Poupança). Esta é uma iniciativa anual do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros e dos parceiros do Plano, que visa sensibilizar a população para a importância da formação financeira. Neste dia, os parceiros do Plano desenvolvem diversas atividades sobre temas de formação financeira, divulgam as iniciativas já realizadas e apresentam projetos futuros. O Dia da Formação Financeira assinalou-se pela primeira vez na cidade de Lisboa e desde então as comemorações deste evento já percorreram as cidades do Porto, Évora e Faro.

Nos últimos três anos, o Plano associou-se também à *Global Money Week*, uma iniciativa mundial de sensibilização dos jovens para a importância das questões financeiras dinamizada anualmente pela *Child and Youth Finance International*.

Tendo por base o Catálogo de Formação Financeira, publicado em 2013, o Plano tem vindo também a realizar ações de formação financeira em diferentes pontos do país e para diversos segmentos da população.

3. Experiências internacionais

Desde o lançamento do Plano Nacional de Formação Financeira em 2011, um número crescente de países tem vindo a reconhecer a importância da formação financeira. De acordo com um inquérito realizado em meados de 2015 pela *International Network on Financial Education (INFE)* da OCDE, um total de 49 países têm ou estão a desenvolver uma estratégia nacional de formação financeira.

A generalidade dos países define um horizonte temporal de cinco anos para a estratégia nacional de formação financeira, prevendo a sua revisão no final desse período. Os primeiros países a implementarem as suas estratégias nacionais, como é o caso do Reino Unido, Holanda, Espanha, Austrália e Nova Zelândia, já reviram ou estão a rever as suas estratégias iniciais, tal como sucede agora em Portugal, seguindo assim as boas práticas definidas pela *INFE/OCDE*. Embora assumindo que os efeitos da formação financeira só poderão refletir-se num horizonte de longo prazo, a revisão regular das estratégias nacionais permite avaliar os resultados de algumas opções e redefinir, se necessário, novos objetivos e áreas de atuação prioritárias.

No âmbito da *INFE*, os países partilham as suas experiências e avaliação dos resultados das estratégias nacionais, estabelecendo, a partir desta reflexão conjunta, princípios e boas práticas ao nível da formação financeira. É hoje consensual que a formação financeira deve começar nas escolas, para que as crianças e jovens adquiram, desde cedo, competências financeiras básicas. Só assim se pode ambicionar transformar atitudes e comportamentos. Neste contexto, a *INFE* tem vindo a estabelecer as competências chave para a literacia financeira dos jovens (*INFE expert subgroup on core competencies for financial literacy*).

Os empreendedores e micro-empresários são também considerados pela *INFE* como um público-alvo prioritário de ações de formação financeira, dadas as carências de formação identificadas e a importância das micro e pequenas empresas no crescimento e emprego da generalidade das economias, tendo-se criado um grupo especializado para discutir estas matérias (*INFE expert subgroup on financial education for micro, small and medium-sized enterprises*).

Mais recentemente, a *INFE* tem vindo a identificar novas áreas de atuação, com destaque para a formação e inclusão financeira no âmbito dos novos meios digitais (*INFE expert subgroup on the role of financial education for financial inclusion*).

As orientações definidas para o Plano no período de 2016-2020 dão continuidade ao trabalho realizado nos primeiros cinco anos de implementação e estão em linha com as boas práticas internacionais definidas pela *INFE*, para as quais também contribuiu a experiência e a participação portuguesa.

PARTE II |

Linhas de orientação do Plano Nacional de Formação Financeira 2016-2020

1. Uma visão integrada e coordenada

Ao longo dos primeiros cinco anos de trabalho no terreno foi claro que melhorar os conhecimentos e influenciar atitudes e comportamentos da população no que diz respeito a assuntos financeiros só é possível com o envolvimento de um conjunto alargado de parceiros, tal como previsto no modelo inicial do Plano.

As parcerias no âmbito do Plano foram estabelecidas com ministérios e organismos públicos, associações empresariais e do setor financeiro, associações de consumidores, centrais sindicais e universidades, permitindo a adaptação da formação financeira a públicos-alvo específicos e às suas necessidades e proporcionando ao mesmo tempo a necessária capilaridade territorial e proximidade a diversos públicos-alvo.

É por isto essencial para este novo ciclo do Plano a continuidade da colaboração com os intervenientes-chave em cada uma das áreas, de forma a garantir que as ações são implementadas de forma estruturada e permanente. Para além do reforço e continuidade das parcerias já estabelecidas, será também desejável poder contar com novas parcerias que permitam chegar a outros públicos e fazer uma divulgação mais alargada das atividades desenvolvidas.

As iniciativas de formação financeira deverão continuar a ser conformes com os “Princípios Orientadores das Iniciativas de Formação Financeira” para que possam ser enquadradas no Plano. Estes princípios foram definidos em 2012 para clarificar os critérios de rigor e qualidade que as entidades devem respeitar nas ações que desenvolvem e para explicitar que as instituições do setor financeiro devem desenvolver as suas iniciativas através das respetivas associações setoriais.

2. Objetivos

Desde o início, o Plano assumiu um conjunto de objetivos agrupados em cinco grandes áreas que, além da promoção dos conhecimentos financeiros, enfatizam a importância da inclusão financeira, da poupança, do recurso responsável ao crédito e da adoção de hábitos de precaução. Estes objetivos, que foram definidos tomando como referência o diagnóstico efetuado e as melhores práticas internacionais, mantêm a sua atualidade.

No entanto, a evolução tecnológica registada e a experiência de implementação do Plano nos primeiros cinco anos permitiram identificar duas novas áreas de atuação essenciais: os serviços financeiros digitais e a formação financeira para empreendedores e gestores de empresas.

Num tempo marcado pela inovação tecnológica, a utilização crescente de meios digitais para o acesso a serviços financeiros é um desafio a ter em atenção na formação financeira. Este desafio, sendo transversal a todos os públicos, torna-se especialmente importante nas ações dirigidas aos jovens, enquanto utilizadores mais frequentes das novas tecnologias. Apesar de cruzar de uma forma geral os objetivos anteriormente definidos para o Plano, é importante considerar que o aumento da utilização dos serviços financeiros digitais pode levar a problemas de dois tipos: a segurança das operações e a maior facilidade na aquisição de produtos e no recurso ao crédito.

Apesar de não estar inicialmente contemplado nos objetivos, o Plano desenvolveu a partir de 2014 um conjunto de iniciativas de formação financeira no apoio a empreendedores, empresários e gestores de micro, pequenas e médias empresas, um público-alvo especialmente relevante para o crescimento económico sustentável. Refletindo esta área de atuação, para o novo ciclo do Plano incluiu-se um objetivo adicional que se prende com o reforço de conhecimentos financeiros dos empreendedores e gestores de empresas.

Melhorar conhecimentos e atitudes financeiras

- Sensibilizar a população para a importância da formação financeira.
- Sensibilizar a população para a necessidade de realizar um planeamento do orçamento familiar, que pondere adequadamente as despesas de acordo com os rendimentos.
- Aumentar os conhecimentos da população sobre conceitos financeiros básicos, de forma a permitir uma melhor compreensão da informação transmitida pelas entidades que operam no sistema financeiro e uma escolha mais adequada de produtos financeiros, ponderando custos, remunerações e rentabilidades esperadas e, simultaneamente, os riscos dos produtos.

Aprofundar conhecimentos e capacidades na utilização dos serviços financeiros digitais

- Sensibilizar a população para os serviços financeiros digitais e para as regras de segurança a seguir na sua utilização.
- Sensibilizar a população para os riscos na utilização dos serviços financeiros digitais, nomeadamente o acesso mais facilitado ao crédito e a compra por impulso.

Apoiar a inclusão financeira

- Divulgar junto da população o acesso a serviços mínimos bancários que incluem uma conta de depósito à ordem e serviços de pagamento essenciais.

Desenvolver hábitos de poupança

- Sensibilizar a população para a importância da poupança, como forma de proporcionar o reforço do património e de fazer face a despesas imprevistas ou ocasionais.
- Sensibilizar a população para as crescentes responsabilidades individuais na poupança para a reforma e a saúde.
- Estimular a população a efetuar escolhas adequadas na aplicação das suas poupanças que proporcionem níveis de remuneração e risco adequados ao perfil do consumidor.

Promover o recurso responsável ao crédito

- Promover hábitos de recurso responsável ao crédito por parte da população, ponderando adequadamente no orçamento familiar os encargos assumidos numa perspetiva de curto e médio prazo.
- Sensibilizar a população para fazer escolhas adequadas à finalidade do empréstimo, tendo em conta a grande diversidade de alternativas de acesso ao crédito (crédito clássico, crédito obtido junto do “ponto de venda”, cartões de crédito, etc.).
- Alertar a população para os riscos do sobre-endividamento, bem como para as consequências económicas e sociais que daí resultam a nível individual e coletivo.

Criar hábitos de precaução

- Alertar a população para situações que podem indiciar fraudes ou práticas potencialmente lesivas dos seus direitos nos mercados financeiros.
- Sensibilizar a população para a importância de prevenir despesas inesperadas que podem afetar o rendimento familiar (e.g. doença, desemprego, catástrofes e acidentes, etc.), explicitando o papel que os seguros desempenham na gestão e mitigação de riscos.

Reforçar conhecimentos financeiros na área empresarial

- Aumentar as competências financeiras de empreendedores, empresários e gestores de micro, pequenas e médias empresas para permitir a escolha de produtos financeiros ajustados à sua realidade e necessidades.
- Aumentar as competências financeiras de empreendedores da economia social.
- Sensibilizar os empreendedores, empresários e gestores de micro, pequenas e médias empresas para a importância dos conhecimentos financeiros no desenvolvimento de capacidades e confiança para se tornarem mais atentos aos riscos e oportunidades financeiras, tomarem decisões informadas e saberem onde se dirigir para obter ajuda.

3. Meios digitais

Os meios digitais são essenciais para a implementação e divulgação de iniciativas e de conteúdos de formação financeira e fazem parte da estratégia de comunicação do Plano.

O Plano iniciou a sua estratégia digital com o lançamento em 2012 do portal Todos Contam (www.todoscontam.pt), com conteúdos de formação financeira dirigidos a todos os públicos-alvo e, no final de 2015, lançou a plataforma de *e-learning* Todos Contam (<http://elearning.todoscontam.pt>), especialmente vocacionada para a formação de formadores e professores.

O reforço da estratégia de utilização de meios digitais será uma prioridade para esta nova fase do Plano, passando a mesma por dinamizar e enriquecer os conteúdos do portal Todos Contam e por completar a plataforma de *e-learning*, através da disponibilização de um leque mais abrangente de temas e da introdução de ferramentas de avaliação. A plataforma de *e-learning* Todos Contam será assim uma peça essencial para alargar as ações de formação financeira a um público mais amplo e garantir uma maior capilaridade territorial. Esta plataforma deverá ser dotada de meios que permitam a avaliação de

conhecimentos adquiridos através das aulas que disponibiliza e a certificação de formadores.

A estratégia digital do Plano deverá ainda alargar-se a outras ferramentas digitais, como o desenvolvimento de aplicações para dispositivos móveis ou a presença nas redes sociais, em moldes considerados adequados para chegar aos públicos destinatários das iniciativas de formação financeira.

4. Áreas de atuação

As iniciativas de formação financeira têm de ter em conta as necessidades de segmentos específicos da população. Nas linhas de orientação iniciais do Plano foram identificados como públicos-alvo preferenciais os jovens em idade escolar, os trabalhadores e os grupos vulneráveis. Durante a implementação da primeira fase do Plano, a estes públicos-alvo juntaram-se os empreendedores, empresários e gestores de micro, pequenas e médias empresas.

A atuação junto dos vários segmentos da população concretizou-se com diferentes níveis de profundidade, mas todos os grupos anteriormente identificados se mantêm nos próximos cinco anos como destinatários do Plano.

4.1. Crianças da educação pré-escolar e estudantes do ensino básico e secundário

O Plano considerou desde o início como prioritária a introdução de conteúdos de educação financeira nas escolas. As crianças e os jovens em idade escolar, não só são um público mais recetivo à transmissão de conhecimentos, como têm um importante papel de difusão de informação e formação junto das famílias.

A estratégia de introdução da educação financeira nas escolas foi definida pelo Ministério da Educação em estreita colaboração com os supervisores financeiros. Esta estratégia incluiu a elaboração do

Referencial de Educação Financeira para as escolas, a organização de um programa de formação de professores e a preparação de Cadernos de Educação Financeira.

As crianças da educação pré-escolar e estudantes do ensino básico e secundário continuam a ser um público-alvo fundamental do Plano, prevendo-se dar seguimento ao programa de formação de professores e preparar Cadernos de Educação Financeira para o 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e para o ensino secundário, complementando o já publicado para o 1.º ciclo do ensino básico.

As ações de formação de professores poderão ser reforçadas através do recurso aos meios digitais, nomeadamente à plataforma de *e-learning* Todos Contam, que permitirão abranger mais professores em todo o território nacional.

A educação financeira foi introduzida no currículo escolar como uma das áreas temáticas possíveis da educação para a cidadania. Muitas escolas têm optado por esta área temática, mas a prática não é ainda generalizada. As melhores práticas internacionais apontam para a introdução de conteúdos obrigatórios em disciplinas já existentes, pois só assim se pode garantir que a educação financeira chega a todos os jovens em idade escolar.

4.2. Estudantes universitários

Os estudantes universitários não foram um público tão presente como as escolas do ensino básico e secundário nos primeiros anos de atuação do Plano, mas várias universidades e institutos politécnicos dinamizaram em colaboração com o Plano iniciativas dedicadas aos seus alunos para os envolver em questões relacionadas com a literacia financeira.

O trabalho do Plano junto dos estudantes universitários continuará a passar essencialmente pela colaboração direta com as universidades, que em alguns casos vêm já desenvolvendo projetos de literacia financeira. A implementação da formação financeira em ambiente universitário deve envolver a realização de conferências e seminários dinamizados pelas próprias universidades.

4.3. Trabalhadores

Os trabalhadores continuam a ser um importante público-alvo, devendo haver uma densificação das iniciativas a eles dirigidas. A formação de trabalhadores deve continuar a realizar-se através de conferências e seminários promovidos preferencialmente pelas associações empresariais e a decorrer nos locais de trabalho.

Para este segmento da população, e sem prejuízo da adaptação às necessidades específicas das empresas em que decorram as sessões de formação, foram até aqui especialmente importantes as áreas temáticas relacionadas com a poupança, o acesso ao crédito e às suas diferentes modalidades, a prevenção do sobre-endividamento, os seguros e a preparação da reforma.

Também para este público-alvo será muito importante o desenvolvimento e promoção da utilização de meios digitais de formação à distância, os quais poderão dotar os formadores de ferramentas para a implementação autónoma de iniciativas de formação financeira junto dos trabalhadores.

O maior envolvimento das associações empresariais setoriais e a disponibilidade das associações sindicais para abraçarem estas iniciativas permitirá também uma mais célere sensibilização e formação dos trabalhadores.

4.4. Grupos vulneráveis

O Plano prevê desde o seu início a intervenção junto dos segmentos de população mais vulneráveis, como os desempregados, os imigrantes, os reformados com baixos níveis de rendimento, os jovens sem a escolaridade obrigatória e as pessoas com necessidades especiais.

Nos primeiros anos de implementação do Plano foram desenvolvidas várias iniciativas para estes públicos, mas esta é uma área que importa reforçar. As iniciativas para estes públicos-alvo foram essencialmente dinamizadas pelos parceiros com o apoio do Plano, como as iniciativas de formação financeira promovidas pelo Alto Comissariado para as Migrações junto da comunidade estrangeira residente em Portugal.

Considera-se relevante continuar a apoiar esta parceria, mas o Plano deverá avançar de forma mais estruturada no apoio de outros grupos vulneráveis, com destaque para os desempregados, com a implementação de outras parcerias estratégicas.

Para chegar mais alargadamente a estes públicos vai continuar a ser muito importante a colaboração ativa e empenhada dos parceiros do Plano que mais de perto lidam com estas situações e que poderão apoiar e promover atividades específicas de formação e informação financeira.

Para estes grupos, surgem como especialmente importantes as áreas temáticas relacionadas com o acesso a produtos bancários (incluindo os serviços mínimos bancários), a gestão do orçamento familiar, a poupança, a prevenção do sobre-endividamento e a prevenção de fraude.

4.5. População em geral

O Plano tem também trabalhado na implementação de iniciativas de formação e informação financeira dedicadas à população em geral.

Para além da informação disponibilizada através do portal Todos Contam para a gestão das finanças pessoais e de apoio às decisões financeiras inerentes

a diferentes etapas da vida, o desenvolvimento e promoção dos meios digitais de formação à distância continua a ser também importante para garantir a difusão dos conhecimentos junto da população.

A sensibilização para a importância dos temas financeiros e a comunicação de mensagens chave de formação financeira é a forma mais adequada de chegar aos vários segmentos da população que têm características muito diversificadas. O Plano atribui assim um papel estratégico à comunicação social enquanto meio de promoção da formação financeira junto da população em geral.

4.6. Empreendedores, empresários e gestores de micro, pequenas e médias empresas

Apesar de não fazerem parte das áreas de atuação prioritárias inicialmente definidas pelo Plano, os empreendedores, empresários e gestores das micro, pequenas e médias empresas são já um dos pilares estratégicos de atuação, e deverão continuar a sê-lo no futuro.

Tal como os consumidores, também os empreendedores, empresários e gestores de empresas devem compreender os produtos, serviços e conceitos financeiros, de modo a responderem aos desafios da gestão empresarial, nomeadamente através da adoção de atitudes e comportamentos adequados neste domínio.

O desenvolvimento de capacidades técnicas e a mudança de atitudes contribuem para uma atuação mais esclarecida por parte das empresas, acautelando problemas de natureza financeira, aumentando a resiliência e o crescimento dos negócios, fatores chave do dinamismo empresarial que está na base do crescimento económico sustentável. A formação financeira, ao diminuir as assimetrias de informação, é também geradora de confiança, aproximando as empresas dos vários agentes financeiros.

Através da parceria estabelecida entre os supervisores financeiros, o IAPMEI e o Turismo de Portugal, foi elaborado um Referencial de Formação Financeira para este público, o qual deverá ser a base para a implementação de ações que levem a formação e sensibilização financeira até aos empreendedores, empresários e gestores de micro, pequenas e médias empresas.

Especificamente para empreendedores e entidades da economia social, o Plano deverá também continuar a potenciar a parceria estabelecida com a CASES, com o objetivo de levar a formação financeira a este segmento mais específico do público empresarial e da sociedade civil.

5. Governação

Por decisão do CNSF, o modelo de governação do Plano no período 2016-2020 é ajustado face ao adotado inicialmente, tendo em conta a experiência adquirida ao longo dos primeiros cinco anos e de forma a responder às necessidades de um novo estágio de desenvolvimento dos projetos e atividades. O modelo de governação, liderado pelo CNSF, é apoiado por três órgãos:

- **Comissão de Coordenação:** incumbe-lhe coordenar a implementação das linhas gerais de orientação do Plano. À Comissão de Coordenação compete dinamizar iniciativas com as entidades que a integram, avaliar o enquadramento de iniciativas em função dos princípios orientadores do Plano e divulgar as iniciativas de formação financeira dos parceiros do Plano. A Comissão de Coordenação reporta ao CNSF e é constituída por representantes dos três supervisores financeiros (Banco de Portugal, CMVM e ASF).

- **Comissão de Acompanhamento:** compete-lhe contribuir para identificar prioridades e necessidades de formação, disponibilizar meios para a sua concretização, dinamizar projetos de formação financeira e propor métodos e meios de implementação de iniciativas de formação. A Comissão de Acompanhamento é constituída pelos parceiros do Plano que anteriormente integravam as duas comissões de acompanhamento existentes (entidades públicas, associações do sector financeiro, associações de defesa do consumidor, centrais sindicais, universidades, fundações e outras entidades vocacionadas para a promoção da literacia financeira).
- **Júri do Concurso Todos Contam:** compete-lhe avaliar as candidaturas submetidas pelas escolas ao Concurso Todos Contam e aconselhar a Comissão de Coordenação em matérias estratégicas à implementação do Plano, nomeadamente nas iniciativas dirigidas ao meio escolar. O Júri é composto por representantes do Ministério da Educação e por pedagogos e especialistas com experiência comprovada em áreas de formação.

6. Avaliação

De acordo com as melhores práticas internacionais, a avaliação é um aspeto integrante do Plano. Tratando-se de iniciativas inovadoras, em diferentes estádios de implementação e com formatos muito diversos, as metodologias de avaliação têm de ser necessariamente diversificadas e nem sempre são possíveis de concretizar em fases iniciais de desenvolvimento dessas iniciativas.

A avaliação de ações de formação financeira presenciais tem sido realizada sobretudo com recurso a inquéritos de satisfação, nomeadamente sobre a perceção de utilidade para os destinatários da

formação recebida. Este tipo de avaliação permite obter informação sobre os tópicos em que existia à partida maior défice de formação e sobre as matérias mais relevantes para cada público-alvo, permitindo, se necessário, adaptar a abordagem adotada nas ações seguintes. No caso particular das oficinas de formação de professores, no âmbito da implementação do Referencial de Educação Financeira para as escolas, além dos inquéritos de satisfação, existe também uma avaliação de conhecimentos realizada através do trabalho autónomo em contexto escolar que os professores têm de desenvolver para completar esta formação.

A avaliação de impacto de iniciativas estruturantes (e.g. introdução da educação financeira nas escolas ou a formação financeira no apoio ao setor empresarial), que procure captar melhorias nos conhecimentos e alterações de atitudes e comportamentos financeiros, além de necessitar de um acompanhamento prolongado no tempo que não é compatível com a sua relativamente recente implementação, exige custos muito elevados. Num contexto de recursos limitados, o investimento em projetos de avaliação de impacto robustos pode comprometer a continuação ou reforço da implementação das próprias iniciativas estruturantes, bem como o alargamento das iniciativas a outros públicos em que existem ainda importantes lacunas de formação financeira. Importa, por isso, ponderar o momento adequado para realizar essa avaliação.

A um nível mais geral, os resultados recolhidos no primeiro inquérito à literacia financeira da população portuguesa, realizado pelo Banco de Portugal em 2010, permitiram identificar as necessidades de literacia financeira mais prementes à data. Espera-se assim que a análise dos resultados do segundo inquérito à literacia financeira, realizado pelos supervisores financeiros em 2015 e a divulgar em 2016, constitua um indicador importante para a identificação de assuntos que se mantêm como essenciais para os objetivos e atividades do Plano, podendo também levar à identificação de novos tópicos a abordar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num contexto em que os produtos e serviços financeiros são cada vez mais complexos e, simultaneamente, o acesso a canais digitais se generaliza, a formação financeira passou a assumir um papel de relevo nas políticas de proteção ao consumidor de produtos financeiros a nível internacional. Consumidores financeiros mais informados são também mais capazes de tomar decisões financeiras adequadas às suas necessidades e perfil de risco e são, à partida, cidadãos e clientes mais exigentes.

A aposta do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros na continuidade do Plano Nacional de Formação Financeira vem evidenciar a importância dada pelos supervisores financeiros a esta área. Pretende-se que a apresentação destas linhas de orientação para o período 2016-2020 sirva para sensibilizar ainda mais a sociedade para a importância da literacia financeira e para suscitar a manifestação de interesse de entidades, públicas e privadas, que se sintam especialmente vocacionadas para o desenvolvimento de iniciativas que contribuam para os objetivos preconizados pelo Plano.

Embora o Plano tenha como ambição chegar a todos os públicos, e apesar dos esforços desenvolvidos nesse sentido, há ainda um longo caminho a percorrer e vários públicos-alvo carecem ainda de ser englobados de forma mais estruturada e permanente em ações de formação financeira com envolvimento e apoio de novos parceiros-chave.

Em termos de áreas de atuação, é importante que a intervenção do Plano continue a acompanhar a evolução tecnológica, o que se torna ainda mais relevante com a crescente utilização de serviços financeiros digitais. A oferta deste tipo de serviços vem trazer benefícios aos consumidores, mas acarreta também riscos de segurança e de incentivo a comportamentos desadequados, obrigando por isso ao reforço das mensagens e iniciativas de formação financeira dedicadas a estes tópicos.

Para que as atividades do Plano possam chegar a um maior número de pessoas de forma mais direta, é também essencial o alargamento da sua divulgação, através de meios generalistas, com o apoio das entidades relevantes.

Em suma, aumentar o conhecimento da população sobre temas financeiros presentes no seu dia-a-dia e, sobretudo, ajustar as suas atitudes e comportamentos, requer necessariamente um compromisso de longo prazo e uma rede alargada de parceiros empenhados na condução dos objetivos do Plano.

